

O poder da palavra e da censura em Roma

Virgínia Soares Pereira
Universidade do Minho

*Na verdade, quem é que, em Roma – ah! se se pudesse falar...
(Pérsio, 1.8)*

Na Roma antiga, o termo *censura* designava a magistratura exercida pelo censor. Como o étimo da palavra sugere – pois está relacionado com o verbo *censeo* (‘avaliar’, ‘estimar’, ‘classificar’) e com o substantivo *census* (‘censo’, ‘recenseamento’)¹ –, era função do censor não só proceder ao recenseamento dos cidadãos e da sua fortuna – a fim de os distribuir (‘classificar’) por classes censitárias e desse modo determinar o imposto correspondente –, como também fazer a lista dos futuros senadores, os quais deveriam, pela sua conduta social e moral, mostrar-se dignos de fazer parte de tão prestigiada assembleia deliberativa. No exercício destas suas funções, competia-lhe, portanto, velar pelos bons costumes dos cidadãos e zelar pelos superiores interesses da *res publica*. Eleito de cinco em cinco anos de entre antigos cônsules, o *censor* desempenhava o cargo durante dezoito meses e gozava de grande prestígio político, social e moral.²

¹ Tito Lívio (4.8.7) escreve: *Censores ab re (a censu agendo) appellati sunt*, ‘chamou-se-lhes censores porque tinham a seu cargo o recenseamento’.

² Como afirma Plutarco (*Cat.* 16.1), a respeito da candidatura de Catão à censura, este cargo representa como que “o cume de todas as honras e, de certo modo, o coroamento da carreira política”. O censor tinha ainda como atribuição não despicienda (daí exigir-se um magistrado que se recomendasse pela sua honestidade) a adjudicação de obras públicas. Sobre a censura de Catão, vd. M. Cristina Pimentel (1997: 29-33).

Para a história do exercício desta magistratura ficou a figura de um censor, Marco Pórcio Catão (239-149), que se evidenciou entre todos pela forma rigorosa, austera e intransigente como desempenhou o seu cargo, quer lutando contra os gastos sumptuosos de certos cidadãos, quer vigiando de perto a sua conduta, a ponto de retirar do Senado um magistrado romano por ter beijado a mulher em público. Não admira, por isso, que tenha ficado conhecido como Catão, o Censor. Na biografia que dele traçou o historiador Plutarco, a peripécia vem assim evocada (17.7):

Catão expulsou igualmente do Senado Manilius, que aspirava a ser eleito cônsul, sob pretexto de que beijara a mulher em pleno dia e sob o olhar da filha. ‘A mim – dizia Catão – a minha mulher nunca me abraçou, a não ser depois de um forte trovão’, e acrescentava, em jeito de piada, que atingia o cúmulo da alegria quando Júpiter trovejava.

Ainda no exercício do cargo, Catão taxou em percentagem elevada os artigos de luxo e excluiu da lista senatorial sete senadores, em resultado da sua vida faustosa. O Censor pretendia, no dizer de Plutarco (*Cat.* 16.4.7), “acabar com a hidra do luxo e da indolência e fazer obra útil”. Segundo afirmava, agia deste modo ao serviço e em defesa do estado romano, cujos superiores interesses deveriam sobrepor-se às veleidades individuais dos cidadãos.³

O ano de 184 a.C. foi o ano da *censura* de Catão. Tempos mais tarde, em 155, quando veio a Roma uma embaixada ateniense constituída por três filósofos de grande nomeada – o peripatético Critolau, o estóico Diógenes e o académico Carnéades –, Catão mandou traduzir os seus discursos e, ouvindo Carnéades a dissertar sobre a justiça, primeiro com argumentos a favor, depois contra, propôs a imediata expulsão dos filósofos, receoso

³ As decisões do censor eram objecto de uma *admonitio* (‘admoestação’), ou, se o caso se revestia de maior gravidade, de uma *nota censoria*, a saber, uma censura oficial, que ficava registada na lista dos senadores e constituía uma desonra para o ‘censurado’.

de que tais ensinamentos pró e contra prejudicassem os jovens romanos na sua educação, que devia assentar no respeito das leis e dos magistrados (L. Gil, 2007: 136-138).

E foi assim que, paulatinamente, o termo *censura* foi adquirindo uma conotação de sentido moral e passou a ser utilizado na acepção que ainda hoje mantém de controlo e condenação de comportamentos inaceitáveis em áreas tão diferentes como a política, a moral, a sexualidade, a produção literária e artística.

A *libertas* da República

O povo romano desde sempre revelou uma indelével tendência para o *Italum acetum*, isto é, para a mordacidade tão típica dos povos itálicos. Esta característica tão arreigada manifestava-se com toda a força durante os cortejos triunfais, sendo costume do povo lançar críticas violentas ao general vitorioso, exactamente no momento em que lhe era conferida publicamente a maior honra pelos seus feitos. Era, acreditava-se, uma forma de evitar a inveja (o *phthonos*) dos deuses e de lembrar ao general a efemeridade do seu sucesso.⁴ O mesmo acontecia em manifestações teatrais de cunho popular, que não se coíbiavam de em palco criticar os poderosos, independentemente do estatuto político ou social do visado.⁵

Em resultado dos exageros cometidos nestas manifestações, desde cedo a sociedade romana procurou controlar a sátira pessoal desenfreada, dirigida contra individualidades concretas. O espírito da *parrhesia* grega não teve acolhimento em Roma e os *mala carmina* (que atacavam a honra e a dignidade de uma pessoa) eram proibidos. A Lei das Doze

⁴ Caso aqui-conhecido é o dos cortejos triunfais de Júlio César. Enquanto o *imperator* participava no cortejo, era alvo de fortes (e apotropaicas) críticas às suas preferências sexuais, como se lê na biografia que dele delineou o historiador Suetónio.

⁵ Ambas as práticas estão documentadas nos *carmina triumphalia* e nos *carmina Fescennina* (vd. J. Guillén Cabañero, 1991, 9-14). Os espectáculos tornavam-se rapidamente em “ocasión siempre buena para los chistes políticos” (L. Gil, 2007: 223).

Tábuas, do século V, era clara a esse respeito: seria castigado quem atentasse contra o bom nome de alguém.⁶ A lei precavia-se, no fundo, contra os desmandos da característica idiossincrásica romana acima referida: o chamado *italum acetum*, a maledicência que não poupava ninguém.⁷

A verdade é que os políticos e dirigentes oriundos de grandes famílias – aqueles que tradicionalmente repartiam entre si o poder – não toleravam atitudes de crítica aberta, que pudessem colidir com a sua honra e prestígio. A poderosa família dos Metelos, ligada às guerras púnicas, por exemplo, não perdoou ao comediógrafo Gneu Névio (conhecido, segundo Aulo Gélcio (1.24.1), pela sua *superbia Campana*) pelo facto de este os ter satirizado nas suas peças de teatro. A poesia de ataque aos poderosos revelava-se perigosa e o poeta terá sido preso, vítima da sua *libera língua*, pois considerava-se muito grave a difamação de personalidades públicas.

Também a família dos Cipiões foi alvo dos ataques de Névio. Fontes antigas referem que o comediógrafo pôs em cena o grande Cipião Africano quando jovem, a sair de casa de uma *amica*, de madrugada, apenas envolto no *pallium*, a tentar fugir do pai...⁸ Sobre as eventuais consequências destes ataques, as opiniões são contraditórias. Em todo o caso, tenha ele sido vítima dos Metelos, tenha sido dos Cipiões, terá sofrido o exílio no Norte de África, em Útica, castigado pela sua persistente má-língua (Paratore, 1987: 31-38).

⁶ Hor. *Sat.* 2.1 afirma que não corre perigo quem compõe poemas que agradem a César; e Cic. *Rep.* 4.12 diz que era proferida a sentença de morte “*si quis occentassit siue carmen condidisset quod infamiam faceret flagitiumque alteri*”, isto é, “o facto de alguém cantar ou compor carmes que a outrem causassem má fama e desonra” (tradução de Francisco de Oliveira, 2008: 209).

⁷ Já Quintiliano dizia, reivindicando para os Romanos a veia satírica: *Satura tota nostra est*.

⁸ O episódio é mencionado por Aulo Gélcio, *N. A.* 7.8.5. A respeito de repressões politicamente censórias, vd. L. Gil (2007), *passim*. E Plauto terá aludido ao episódio na cena final de *O soldado fanfarrão*, quando o fanfarrão Pirgopolinices é expulso nu da casa da amante...

Tudo ocorreu nos finais do século III ou nos inícios do século II a.C. Viviam-se os tempos da luta contra Cartago, era necessário unir esforços para combater aquele colosso marítimo, Roma via-se a braços com dificuldades imensas, não era tempo de desafiar os homens poderosos do momento. E assim, depois da desafortunada experiência de Névio, os comediógrafos latinos não repetem o gesto. Consciente dos perigos que lhe adviriam de enfrentar os poderosos, e lembrado da prisão de Névio, o truculento Plauto preferiu enveredar por um teatro de tipos, que ataca vícios, não pessoas... A tendência irá acentuar-se com Terêncio – amigo dos Cipiões –, cujo teatro procura pôr em palco personagens que, na sua atitude, encarnam os grandes problemas da alma humana.

Igualmente amigo dos Cipiões foi o poeta Lucílio, que se notabilizou como o primeiro grande poeta satírico romano. Terá composto trinta livros de *Sátiras*, de que nos chegaram cerca de mil e quinhentos fragmentos. A sua crítica era virulenta, dirigida contra indivíduos concretos, mas ele gozava da amizade e protecção de Cipião Emiliano, o vencedor de Cartago, em 146, e de Numância, e não teve problemas em dirigir as suas aceradas farpas contra figuras de maior ou menos relevo social, desde que não ligadas ao círculo cipiónico que o apoiava.⁹

Neste final do século II, começavam a surgir os primeiros sinais de crise do sistema republicano (uma crise de crescimento), mas a *libertas* da palavra ainda era possível (Codoñer, 1997: 75) e sê-lo-á por mais algum tempo. É assim que, no meio das mais difíceis lutas sociais e políticas travadas entre facções, em meados do século I a.C., foi possível ao poeta Catulo dirigir-se com a máxima indiferença e liberdade de expressão ao

⁹ A título de exemplo, refira-se o ataque desferido contra o côsul L. Cornélio Léntulo Lupo, condenado como político corrupto por um *concilium deorum*... Épica e paródia de mãos dadas. Lucílio foi amigo de Cipião Emiliano e participou com ele na guerra de Numância em 134/133. Terá começado a compor por volta de 132 a.C. (veja-se Kirk Freudenburg 2005: 41-47). Horácio diz dele que “esfregou com muito sal toda a cidade” (apud Paratore, 1987:141).

conquistador das Gálias (que no entanto era visita da sua casa) e apregoar aos quatro ventos, com grande independência e desassombro:

Não estou minimamente interessado em ser-te agradável, ó César,
nem quero saber se és branco ou preto.

Ora estes versos foram o que de mais brando Catulo escreveu a respeito de Júlio César, a quem acusou, noutros poemas de crítica virulenta, de ser corrupto e um depravado sexual e de ter colaboradores políticos conhecidos pela sua corrupção e pelos seus comportamentos sexuais igualmente depravados. E a César e Pompeu, sogro e genro, brindou-os (ironicamente) com o epíteto de *Vrbis putissimi*, ‘os (dois) homens mais puros de Roma’... Mas Catulo fazia parte da *jeunesse dorée* do seu tempo, irreverente e desafiadora das convenções, fossem morais, sociais, políticas ou literárias, e não consta que tenha sido socialmente prejudicado por essas irreverências de juventude e pela sua poesia panfletária. Parece que Júlio César se sentiu gravemente ofendido com muitos destes ataques, mas reconciliou-se com Catulo (aceitando as desculpas do poeta e continuando a frequentar a sua casa paterna) e com outros jovens do seu círculo literário e de amigos.¹⁰

Na opinião de N. I. Herescu (1948: 69-77), os acerados ataques de Catulo correspondiam a um movimento de invectiva generalizado contra os poderes políticos do tempo: “É um facto que toda a literatura do tempo, por aquilo que nós conhecemos, se opunha a César e ao cesarismo”. E lembra (1948: 77), a este respeito, a explicação apresentada por Tácito nos *Annales* 4.34:

O próprio Divino Júlio e o próprio divino Augusto deixam passar os epigramas de Bibáculo e de Catulo – não sei se por moderação, se por prudência: pois o que trata com desprezo, morre por si; se porém te indignas, dás a impressão de que reconheces o fundamento da acusação.”

¹⁰ L. Gil (2007:142) fala nos “versos partidistas de los *neoterói*”. Na biografia suetoniana, § LXXIII, lê-se que César “nunca sentiu ódios tão fortes que não fosse capaz de renunciar a eles voluntariamente, se a oportunidade se lhe oferecesse.”

Mas estas mesmas palavras deixam entrever que nos tempos de César a liberdade começava a ficar ameaçada. Um mimógrafo famoso, chamado Décimo Labério (106-43 a.C.) exclamava, nas suas peças: “Quirites, estamos a perder a liberdade!”¹¹

Viviam-se então tempos conturbados, os conturbados tempos das guerras civis e da luta pelo poder político e militar em Roma. A cidade, cabeça do mundo, esgotava-se em guerras internas e externas, a luta política era intensa, e tornara-se extremamente perigosa. Cícero, que viveu neste emaranhado político e que procurou conciliar os desavindos, acabará por cair vítima de uma política feita em nome do interesse pessoal. Este período revoltoso da história romana é-nos, por assim dizer, muito familiar, por estar descrito nas inúmeras cartas que o Arpinate escreveu a familiares e amigos, quer quando estava no exílio, quer quando, em Roma ou nas suas *villae*, tinha necessidade de contactar com eles. Falar abertamente começa a ser perigoso. Encontra então um subterfúgio: utiliza palavras, expressões ou frases em grego, para despistar algum leitor curioso... Ou então recorre a enigmas, para que não se perceba o alcance das suas palavras. “Sabes a que me refiro”, “falaremos disso pessoalmente”, são formas recorrentes nas cartas, que denunciam que se não pode falar abertamente. De resto, o próprio orador diz, numa sua conhecida carta a Gaio Curião, datada de 53 a.C.:

Não me considero um cidadão capaz, por Hércules, de rir nos tempos que correm. Escreverei então algo de verdadeiramente sério? Que há que possa ser comunicado em tom sério por Cícero a Curião,

¹¹ Labério foi publicamente humilhado por César, que o obrigou a descer ao palco e fazer representações, como castigo pelas críticas que nos seus mimos desferira contra ele. Depois, terá sido libertado, tão discricionariamente quanto tinha humilhado, e readmitido na classe dos Cavaleiros (*equites*), dignidade que perdera ao pisar o palco.

a menos que verse sobre o estado? E no entanto, neste caso, a minha situação é tal, que nem ousou dizer o que sinto, nem quero dizer o que não sinto.¹²

A situação política vai-se degradando, César vai revelando tiques de monarca oriental e em 44 é assassinado. Já em 43 assiste-se à constituição do segundo triunvirato, entre Octaviano, Marco António e Lépido. Mas esta associação é selada com a criação de listas de inimigos políticos, que serão sacrificados ao poder pessoal de cada um dos triúmviros. Refiro-me às terríveis proscricções que tiveram início no tempo de Mário e Sila e foram retomadas por Octaviano e Marco António. E de novo a liberdade de expressão passa a ser coarctada. Asínio Polião apoiara Marco António antes da constituição do triunvirato; perguntado por que não se pronunciava sobre certo assunto (os versos fesceninos que Octaviano lançara contra ele), respondeu:

*at ego taceo, non est enim facile in eum scribere qui potest proscribere.*¹³

“mas eu calo-me; não é fácil escrever contra quem tem o poder de proscriver”.

As guerras civis acabam com a vitória de Octaviano (o futuro Augusto) sobre Marco António e Cleópatra, em 31 a.C. “Os tempos da República acabaram”, escreve Maria Cristina Pimentel.¹⁴ Já não se pode discursar ou discutir abertamente. Agora, o poder está concentrado numa só pessoa e a liberdade de expressão tende a ser cerceada: as vozes discordantes vão sendo silenciadas. O poder está nas mãos de um só, Augusto. E, depois dele, de outro, de outros. Os imperadores recearam (receiam) a força da palavra e reagem asperamente às críticas. Toda a aparência de restauração da República é isso mesmo, um simulacro.

¹² Anos mais tarde, já nos tempos do Império, tanto Plínio-o-Moço como Tácito escreverão algo de semelhante, mas de sentido contrário. A liberdade chegou, já é possível dizer o que se pensa, afirmam (vd. V. S. Pereira, 2000: 14-15).

¹³ Citado de D.C. Feeney (1997:7). Macróbio (*Sat.* 2.4) refere o episódio da seguinte forma: *Temporibus triumviralibus Pollio, cum Fescenninos in eum Augustus scripsisset, ait: 'At ego taceo. Non est enim facile in eum scribere qui potest proscribere.'*

¹⁴ M. Cristina Pimentel, 2002: 290.

Os poetas augustanos e o poder

Os poetas passam a ser alvo de suspeição, sobretudo se forem pouco afectos à nova ordem política. Foi o que aconteceu a Cornélio Galo, um grande poeta neotérico (isto é, de vanguarda): a sua produção poética desapareceu, e não foi por falta de qualidade estética. Virgílio, Propércio e Ovídio tecem-lhe grandes elogios, mas a sua obra foi vítima, como tantas outras, da *damnatio memoriae*.¹⁵

Fedro, o fabulista liberto de Augusto, afirma numa das suas fábulas que a mudança de regime nada traz de novo, apenas muda o dono... É evidente o alcance político da sua obra, embora não contenha ataques pessoais. Ele mesmo escreveu, no prólogo ao Livro II, que a fábula era uma forma de expressão adequada a quem estava privado de liberdade ou a quem faltava qualquer tipo de protecção. Tinha, no entanto, consciência plena de que, como declara no início da fábula 2.6:

Contra potentes nemo est munitus satis.

Contra os poderosos ninguém está suficientemente protegido.

Afirmações deste teor abundam na sua obra fabulística. Não admira, pois, que, tendo composto o primeiro livro das suas *Fábulas* entre 14 e 31 d.C., tenha sofrido a perseguição de Sejano (prefeito da guarda pretoriana, além de colaborador e homem-forte de Tibério) e sido condenado ao exílio.

Entre os poetas augustanos que se deram mal com o poder instituído avulta a figura de Ovídio, o genial Ovídio Nasão, que foi vítima da censura imperial e banido de Roma para os confins do império. A sua *relegatio*, decretada por Augusto em 8 d.C. – há dois mil anos, portanto –, teve contornos ainda hoje obscuros e difíceis de documentar. A acusação

¹⁵ Além de poeta exímio, considerado o criador da elegia latina, Cornélio Galo foi governador do Egipto (em 30 a.C.), levou aí vida faustosa e acabou por ser acusado de conspirar contra o futuro Augusto, tendo-se suicidado no ano de 26, com 43 anos de idade.

era de *maiestas* (isto é, de atentado contra a pessoa e a política ou autoridade do *princeps*), mas, segundo o próprio poeta, foram *carmen* e *error* (palavras cujo sentido tem sido objecto de muita especulação e, em boa verdade, se não conhece em rigor) as causas que ditaram o seu afastamento para as longínquas terras do Mar Negro (em Tomos, actual Constanza, na Roménia), onde o latim não chegara e o desterrado Ovídio teve de aprender a bárbara língua dos Getas...¹⁶

Mas a *relegatio*, se era uma forma mais “benigna” de exílio – pois não privava o condenado dos seus bens e da sua condição de cidadão romano –, foi agravada com uma pena terrível para o poeta: o imperador Augusto decretou que a sua obra fosse banida de todas as bibliotecas públicas de Roma.¹⁷ Ovídio tudo fez para ver revogado o decreto de expulsão, mas nada conseguiu. Escreveu no exílio os *Tristia* e as *Epistulae ex Ponto*, duas obras de uma tristeza infinda, de saudade, de revolta e de inconformismo. E, sem ser escutada, mesmo depois da morte de Augusto, a sua voz foi-se calando, embora ainda tenha tido forças para deixar, no final das *Metamorfoses*, a certeza de que nada nem ninguém, nem mesmo a ira de Júpiter (leia-se: Augusto na terra) poderia destruir a sua obra e obnubilar a sua fama.¹⁸

Desafiando todos os poderes, Ovídio proclamou, a encerrar o seu longo poema:

Concluí agora uma obra que jamais a ira de Júpiter ou o fogo
conseguirão apagar, ou o ferro, ou o passar do tempo voraz.
Quando quiser, que esse dia, que não tem poder algum senão
sobre o meu corpo, ponha termo ao meu incerto tempo de vida.
Porém, na minha melhor parte, serei levado imortal

¹⁶ Sobre esta questão, que tem dado origem a uma vasta bibliografia, veja-se sobretudo Alessandro Barchiesi (1994: 76-82 e passim) e o recente (e informadíssimo) volume, coordenado por Aires A. Nascimento e Maria Cristina Pimentel, intitulado *Ovídio: exílio e poesia*, Lisboa, 2008, publicado a assinalar o bimilenário da *relegatio* ovidiana.

¹⁷ *Trist.* II, 1, 207; III, 1,6; *Pont.* 1.1.5-6.

¹⁸ A afirmação contida nos versos de Ovídio é tanto mais interessante quanto contrasta com o hipotexto horaciano (*Od.* 3.30), que não prevê que a fama do poeta venusino dependa da ira dos deuses.

para lá dos altos astros, e o meu nome será indestrutível.
E por onde, nas terras subjugadas, o poder romano se espalhar,
a boca dos povos ler-me-á, e por séculos sem fim, graças à fama
(se os vaticínios dos poetas alguma verdade contêm), viverei.¹⁹

O ‘Sulmonense desterrado’, nas palavras de Camões, pode ter sido condenado ao exílio, mas o seu estro poético não foi diminuído, e a sua obra aí ficou, indestrutível, a atravessar os séculos. Nos versos de orgulho do próprio poeta (Tr. 3.7.47-48):

Ingenio tamen ipse meo comitorque fruorque:

Caesar in hoc potuit iuris habere nihil.

Mas vivo acompanhado do meu talento e desfrutando dele.

Neste caso César não teve nem tem qualquer poder de jurisdição.

O caso de Ovídio, longe de ser único, foi no entanto o mais vistoso. Parece que, à medida que caminhava para o seu termo, Augusto se tornava mais arbitrário e imprevisível nos limites de *libertas* que permitia.²⁰ Segundo o testemunho de Tácito (*Ann.* 1.72), foi Augusto quem recuperou a antiga *lex maiestatis*, tendo sido mesmo o primeiro a utilizá-la para punir os autores de ofensas e textos difamatórios dirigidos à pessoa do *princeps*, isto é, contra ele mesmo.²¹ “Estava aberta a porta à censura e à repressão” política e literária. (C. Pimentel, 2002: 291). Augusto, que no entanto chegara ao poder, segundo L. Gil (2007: 168) “depois de um período de libertinagem na expressão, de verdadeira orgia de palavras, e na sua juventude não foi alheio aos procedimentos difamatórios em voga durante os últimos tempos da República”²², queria pôr cobro aos desmandos das repetidas invectivas anti-imperiais. A *pax* romana cimentou-se na liberdade cerceada.

¹⁹ *Met.* 15.871-879. Tradução de Paulo Farmhouse Alberto.

²⁰ D. C. Feeney (1997) 7-8.

²¹ Zvi Yavetz (1990 : 97). Veja-se Suetónio, *Aug.* 55-56.1 e Tácito, *Ann.* 1.72.3.

²² Recorde-se o que foi dito sobre a ousadia acusatória de Catulo e dos jovens neotéricos e lembre-se que também Augusto (quando ainda era conhecido como Octaviano) compôs versos fesceninos contra Polião, que pertencia a outra facção política.

Ao contrário de Ovídio, Virgílio e Horácio fizeram parte do círculo literário de Mecenas e do grupo de amigos de Mecenas e Augusto. Apoiados como poetas, enquadrados social e artisticamente, sentiram sem dúvida, por vezes, a sua capacidade de resistência diminuída. Horácio tentou preservar a sua independência. Começou por recusar o cargo de secretário particular do *princeps* e esquivou-se, tanto quanto pôde, a cantar os feitos do novo senhor do mundo. Fê-lo através de uma “arma”, a *recusatio*, uma espécie de moda e expediente poético de procedência helenística, que consistia na recusa, por parte do poeta, em cantar grandes feitos ou eminentes personalidades, sob pretexto de não ter capacidade para tratar tais temas ou por não querer celebrar senão a sua amada... A *recusatio* era, antes de mais, uma estratégia poética, mas não deixava de ser também uma forma hábil encontrada pelo poeta de se eximir às solicitações do Imperador ou de amigos influentes. Propércio, por exemplo, dizia que a sua única musa inspiradora era Cíntia, a sua amada... E Horácio afirmava que só sob os efeitos de Baco se proporia celebrar Augusto.

Virgílio, por seu turno, terá sentido mais dificuldade em furtar-se aos pedidos político-literários dos seus amigos influentes. Consta que terá composto as *Bucólicas* a pedido do amigo Asínio Polião, as *Geórgicas* a solicitação de Mecenas e que na *Eneida* terá acedido, por sugestão de Augusto, a celebrar em verso épico os feitos do *princeps*, embora o tenha concretizado de forma indirecta, através da figura mítico-lendária de Eneias. Mas a verdade é que não conseguimos escapar a um sentimento estranho, que o próprio poeta de certo modo incutiu em nós: a *Eneida* tem muito pouco do tom vibrante e exaltador próprio da épica, parecendo antes um poema de velada censura, feita subterraneamente... O herói que parece carregar o mundo (a sua missão) aos ombros é também aquele que num momento de desvario cede ao poder da vingança e desdiz toda a *clementia* de que dera provas. Sabe-se que o Mantuano quis destruir o poema, à hora da morte. Os motivos não

são conhecidos e o gesto tem dado azo a muita especulação. Ter-se-ia arrependido? De quê?

A força da eloquência

Também nos domínios da historiografia e da oratória se fizeram sentir os efeitos da repressão censória sobre os oponentes políticos da casa imperial júlio-claudiana, como foi o caso dos oradores Cassius Seuerus e Titus Labienus. Este último foi um acérrimo adversário do regime imperial. Orador famoso, conhecido pela imoderação dos seus ataques (o que lhe valeu a alcunha de Rabienus),²³ viu a sua obra destruída pelo fogo por ordem do Senado no ano 12 d.C. – o que representou algo de novo, como notou Séneca, o Velho em *Controuersiae* 10, praef. 5: *effectum est enim per inimicos, ut omnes eius libri comburerentur: res noua et inusitata supplicium de studiis sumi*.²⁴, “Os inimigos conseguiram que todos os seus livros fossem queimados. Coisa nova e inaudita: ser alvo de castigo por causa dos seus escritos.”

O mesmo Séneca conta que este homem intrépido, Labienus, no momento em que divulgava a sua obra histórica, em plena *recitatio*, por mais de uma vez decidiu saltar alguns trechos e autocensurar-se, afirmando, com extraordinária coragem: “Estes passos, que passo adiante, não-de ler-se depois da minha morte.”²⁵

Catherine Salles(1986), num artigo que escreveu sobre a censura no séc. I d.C., lembra que foi Augusto o primeiro a aplicar a *lex maiestatis* à obra escrita de Cássio Severo e Tito Labieno, mandando queimar os seus livros em público, no *comitium*, e que Tibério

²³ *Controuers.* 10, praef. 5: *libertas tanta, ut libertatis nomen excederet et, quia passim ordines hominesque laniabat, Rabienus uocaretur.*

²⁴ Os textos relativos às *Controuersiae* são citados de Rita Lizzi (2000: 90-91). Veja-se igualmente C. Pimentel, 2002: 292.

²⁵ *Controuers.* (10, praef. 8): *Memini aliquando, cum recitaret historiam, magnam partem illum libri conuoluisse et dixisse: haec, quae transeo, post mortem meam legentur.*

tomou a decisão de aplicar essa lei tanto às palavras (*dicta*) quanto aos actos (*facta*).²⁶ A primeira condenação em resultado desta decisão ocorreu em 23 d.C. e exerceu-se sobre Aelius Saturninus, um poeta desconhecido acusado de ter recitado versos hostis contra o imperador. Mas o caso mais marcante foi o de Cremutius Cordus, ocorrido um ano depois, que não atacou o imperador, mas elogiou os cesaricidas Bruto e Cássio, considerando-os “os últimos dos romanos”. Os seus *Annales* foram queimados. Ao todo, foi de sete o número de escritores vítimas da cólera de Tibério, seis dos quais pagaram com a vida. Estes e tantos outros casos, que o registo histórico conservou na memória dos homens, acabariam por desencadear o fenómeno do medo e afectar a actividade oratória e a produção literária. Discursar contra a tirania era motivo suficiente para condenar alguém à morte. Mas particularmente violento foi o que aconteceu no reinado de Domiciano: a condenação à morte do historiador Hermógenes de Tarso foi acompanhada com a condenação à morte dos *librarii*, copistas da mesma, que foram crucificados. Segundo se sabe, uma tal violência não voltou a repetir-se (C. Salles, 1986: 754).

Um panfleto político

Em Roma corriam muitos boatos, em forma de panfletos políticos, ou propalados aos quatro ventos, que atingiam a família do imperador e dos seus amigos e favoritos. Basta ler Suetónio para ficarmos com uma ideia bastante nítida da persistente má-língua do povo e do descontentamento geral. Um dos panfletos políticos que vale a pena evocar neste contexto é a *Apokolokyntosis*, um texto sarcástico atribuído a Séneca, o Filósofo, e destinado a desacreditar a figura do imperador Cláudio, logo a seguir à sua morte e

²⁶ E no entanto foi este mesmo imperador, um tanto contraditoriamente, quem resistiu durante algum tempo às críticas e aos sarcasmos dos adversários, sustentando que “num estado livre, a palavra e o pensamento devem ser livres” (Suetónio, *Tib.* 28.1).

divinização, no ano de 54. É uma “paródia irreverente”, como se depreende imediatamente do título, constituído por um composto “curioso e extravagante” (Mario Citrone, 2006: 757). E de facto o composto *apokolokyntosis* é uma “deformação paródica” de *apotheosis* (‘apoteose’, ‘transformação em deus’), tendo o elemento *theo-* (‘deus’) sido substituído por *kolokynt-* (que significa ‘abóbora’), como se, em vez de “apoteose”, se dissesse “aboborose” (ou, em vez de ‘deificação’, se dissesse ‘aboborificação’). A referência à abóbora sugeriria, como ainda hoje, a ideia de ‘vazio de ideias’ e de ‘estupidez’.²⁷

O imperador Cláudio fora divinizado logo depois da sua morte, numa cerimónia oficial, a pedido da sua mulher, pela qual, ao que consta, fora assassinado. Assim, divinizando-o, Agripina mostrava devoção ao marido e desse modo assegurava que Nero, seu filho, seria *diui filius*, filho de um deus. Mas a má fama de que gozara Cláudio, em vida, tornava difícil aceitar uma honra suprema como esta. Ora Séneca fora obrigado a escrever o elogio fúnebre oficial de Cláudio (que, por sinal, exilara o filósofo), e encontrou no escárnio da *Apokolokyntosis* uma forma de vingança póstuma. A narrativa é simples: Cláudio, logo após a sua morte, é visto a subir aos astros e a chegar ao Olimpo, pois pretende conseguir um lugar entre os deuses. Coxo e gago, com a cabeça sempre a abanar, causa estranheza aos deuses, que pensam tratar-se de um monstro. Hércules chegou mesmo a pensar que tinha diante de si o décimo terceiro trabalho. Depois de identificado, os deuses reúnem em assembleia e Cláudio é julgado por Augusto, que, citando o “eloquentíssimo” Messala Corvino, lamenta a decadência do Império representada em Cláudio, proclamando

²⁷ Os títulos medievais referem-se a esta obra como *Ludus de morte Claudii* ou *Diui Claudii apotheosis per satyram*. As informações sobre o título grego e as circunstâncias de escrita da obra atribuída a Séneca são dadas por Dión Cássio. Sobre este texto paródico, veja-se M. Citroni (2006: 756-760) e Sérgio Paulo Ferreira (2002).

as famosas palavras: *pudet imperii*, ‘o (meu) poder envergonha-me’.²⁸ De volta à terra, assiste ao seu próprio funeral. Já nos Infernos, é condenado pelo juiz infernal a ser escravo de um seu liberto, Políbio, assessor do juiz, e a jogar eternamente aos dados com um copo sem fundo...

Nesta paródia em toda a linha, ao estilo da menipeia, fica claro o real propósito pedagógico de Sêneca: lançar uma estrondosa crítica contra um imperador que no seio da própria corte fora constantemente alvo de críticas e difamações. Tratava-se de mostrar a todos o que um *princeps* não deveria ser. A força do texto é demolidora. E a referência às inúmeras figuras que mandou assassinar mostra que o libelo extrapola a mera comicidade (M. Citroni, 2006: 759-760).

Difficile est saturam non scribere (Juv.1. 30)

A vida nos tempos do Império dava azo a críticas sem fim. O povo manifestava-se sempre que podia, nos espectáculos.²⁹ Marcial, qual repórter fotográfico, traça um amplo quadro da sociedade do seu tempo e dos seus vícios, mas sem atingir pessoalmente ninguém. Na carta-prefácio ao seu primeiro livro de *Epigramas*, o poeta de BÍLBILIS afirma claramente a sua intenção de “salvaguardar o respeito até pelas pessoas mais humildes: respeito esse que faltou aos autores antigos, a ponto de abusarem não somente de nomes verdadeiros, mas até de grandes nomes.”³⁰

²⁸ Para uma análise circunstanciada das implicações político-literárias e dos subentendidos desta sátira, veja-se Ellen O’Gorman (2005: 95-108).

²⁹ No teatro, que emerge como um palco de afirmação de poder – nomeadamente por parte dos poderosos, que financiam o espectáculo –, podem ouvir-se palavras de revolta, quer porque o texto da representação exprima e veicule esse sentimento de insatisfação, quer porque o povo, aos milhares na assistência, dá (dê) largas ao seu descontentamento. Vd. Francisco Oliveira (1993: 121-142).

³⁰ Tradução de José Luís Brandão. Em nota ao passo, Cristina Pimentel (2000: 49) sublinha que “Marcial tem ainda de respeitar a determinação de Domiciano, que proibira a divulgação de escritos infamantes contra pessoas.”

Os poetas satíricos, por seu lado, davam voz ao desagrado colectivo. Assim acontece com dois poetas do século I d.C., Pérsio (34-62 d.C.) e Juvenal (60-c. 130). A sua sátira surge como resultado da *indignatio*, segundo escreve Pérsio, na *Sátira I*, a *indignatio* que o leva a falar de muitas situações criticáveis, até de algo proibido:

“De facto, quem é que em Roma – ah!, se se pudesse falar! mas, porque não?...

Acossada pela censura, a sátira, segundo ele, pouco mais consegue do que *muttire*, ‘falar entre dentes’... e fazer como o barbeiro do rei Midas, que confiou à terra um terrível segredo: “O rei Midas tem orelhas de burro”. Esta frase – na qual se tem visto uma possível alusão a Nero – terá sido substituída, a conselho do amigo Cornuto, pela mais genérica: “Quem não tem orelhas de burro?”³¹

Anos mais tarde, já para os finais da segunda metade do século I d.C., surge Juvenal, o maior poeta satírico romano, aquele que disse que o povo apenas se interessava por *panem et circenses*... A sua vida decorre no tempo dos imperadores Domiciano, Nerva, Trajano e Adriano, estendendo-se a sua obra satírica desde 96 (ano da morte do cruel Domiciano) até cerca de 130 da nossa era. Poderia ter celebrado os tempos felizes dos reinados de Nerva e Trajano, mas preferiu atacar os mortos e abster-se de fazer qualquer observação desfavorável aos imperadores reinantes. Programaticamente, a sua *Sátira I* mostra-o decidido a afastar-se do exemplo perigoso do primeiro poeta latino de sátiras, o já referido Lucílio, por considerar mais seguro atacar os mortos. Assim se exprime no final da mencionada *Sátira I*, dirigida contra a poesia e os poetas do seu tempo, vazios de conteúdo:

Todo o tipo de vícios tocou no fundo. Donde surgirá o talento para expor devidamente estas
matérias? Onde está aquela simplicidade antiga para escrever o que se queira com ânimo vigoroso?

³¹ Lúcio Aneu Cornuto, liberto da família dos Sénecas, foi um notável filósofo estóico. Foi condenado por Nero ao exílio, em 66. Os seus ensinamentos influenciaram muito o jovem Pérsio.

Há alguém de quem eu não me atreva a pronunciar o nome? [...] Nomeia Tigelino³² e brilharás nos esteios em que ardem os que, postos numa cruz, deitam fumo para traçar um amplo caminho de luz no meio da arena. [...] Podes falar tranquilamente de Eneias ou do feroz Rútulo, a ninguém incomoda apresentar Aquiles ferido. [...] Vou experimentar o que se permite dizer contra aqueles cujas cinzas estão já sepultadas ao longo da Via Flamínia e da via Latina.³³

E assim aconteceu. Não atacou figuras concretas, como fizera Lucílio. Criticou sobretudo vícios, a corrupção generalizada, e, quando voltou os seus ataques contra pessoas, escolheu como alvos preferidos “aqueles cujas cinzas estão já sepultadas ao longo da Via Flamínia e da via Latina”. Mesmo assim, suspeita-se de que no final da vida tenha sido enviado para o Egito, numa espécie de missão militar, como se fosse um exílio disfarçado, por ordem do imperador Adriano. Crê-se que por ter falado de um poderoso liberto ou de Antínoo, o belo favorito do imperador (Paratore, 1987: 759).

A história da censura em Roma é uma história de desterros e exílios, de destruição de obras, de cremação de livros, de morte de escritores. Tácito não deixa de comentar o drama que foi, nos tempos que o precederam, a condenação de homens que manifestavam a mais leve discordância do poder reinante. No Livro IV dos *Anais*, cap. XXXIII, estabelece um confronto entre duas grandes formas de escrever história, justificando assim a sua opção historiográfica:

A descrição dos países, as cenas variadas dos combates, as mortes famosas dos chefes, eis o que atrai, eis o que restabelece a atenção. Mas eu, aquilo que eu narro sucessivamente, são ordens bárbaras, acusações contínuas, amizades enganosas, a perda de inocentes condenados, e tudo isto não oferece senão uma monótona e fatigante uniformidade. Acresce que os antigos historiadores encontram poucos censores.

³² Tigelino, novo-rico que exerceu nefasta influência sobre Nero. As tochas humanas de que Juvenal fala referem-se sem dúvida sobretudo aos mártires cristãos.

³³ Juvenal, l. 149-153, 155-157, 162-163 e (versos finais da Sátira I, 170-171).

Perante um regime de espionagem e de delações – bem retratado nas páginas, entre si tão diferentes, de Tácito e Plínio-o-Moço –, que impedia a livre troca de palavras e de ideias entre as pessoas, Tácito reflectia: “E se fosse possível esquecer, com a mesma facilidade com que é possível calar, até a memória teríamos perdido, e não apenas a voz. Agora, enfim, pode-se respirar (*Nunc demum redit animus*)” (apud M. Citroni, 2006: 914). Plínio-o-Moço saudará os novos tempos como aqueles em que *libertas* e *principatus* podem finalmente conviver.

A concluir

A censura deixou as suas marcas já nos tempos distantes da República, mas reflecte-se dramaticamente na obra de dois historiadores: Suetónio, nas suas *Vidas dos Doze Césares*, e Tácito, nos *Anais* e nas *Histórias*. A obra de Suetónio põe a nu as críticas lançadas contra os dirigentes políticos e mostra como os imperadores perseguiram cruelmente os seus inimigos ou aqueles que eram suspeitos de oposicionismo. Tácito, por sua vez, viveu nos cruéis tempos de Domiciano, mas teve a sorte de chegar aos “tempos felizes” de Nerva e Trajano. A sua obra, dominada por um pessimismo sem fim, acaba por se transformar num vasto quadro, de tonalidades sombrias, quer dos que sofreram, vítimas de perseguição imperial, quer daqueles que, tento sobrevivido à impiedade daqueles tempos e chegado a tempos melhores, podem agora viver em paz. Mas é nesse quadro que Tácito saúda o fim da tirania e a liberdade da palavra reencontrada.

A liberdade chegou, diz. Mas a verdade é que até mesmo ele, Tácito, o historiador céptico que amava a liberdade, escreve apenas sobre os tristes tempos de imperadores já desaparecidos...

Bibliografia

- AA.VV. (1987), *Opposition et résistances à l'Empire d'Auguste à Trajan*, Genève, Vandoeuvres, Fondation Hardt.
- Barchiesi, Alessandro (1994), *Il poeta e il Principe: Ovidio e il discorso augusteo*, Bari, Editori Laterza.
- Cabañero, José Guillén (1991), *La sátira latina*. Edición de, Madrid, Akal, pp. 9-14.
- Cícero (2008), *Tratado da República*, Tradução do latim, introdução e notas de Francisco de Oliveira, Lisboa, Círculo de Lectores / Temas e Debates.
- Citroni, M. (dir.) (2006), *Literatura de Roma Antiga*, Tradução de Margarida Miranda e Isaías Hipólito. Revisão de Walter de Medeiros, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Codoñer, Carmen (ed.) (1997), *Historia de la Literatura Latina*, Madrid, Editorial Catedra.
- D.C. Feeney, D. C. (1997), “*Si licet et fas est*: Ovid’s *Fasti* and the Problem of Free Speech under the Principate”, in Anton Powell (ed.) (1997), *Roman Poetry & Propaganda in the Age of Augustus*, Bristol, Booksprint, pp. 1-25.
- Ferreira, Sérgio Paulo (2002), “O significado da paródia na *Apocolocyntosis* de Séneca”, in *De Augusto a Adriano*, Actas do Colóquio de Literatura latina (Lisboa, 2000, Novembro 29-30). Coordenação editorial de Aires A. Nascimento, Lisboa, Euphrosyne, pp. 361-369.
- Freudenburg, Kirk (ed.) (2005), *The Cambridge Companion to Roman Satire*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Herescu, N. I. (1948), *Catulo, o primeiro romântico.*, Coimbra Editora, Limitada.
- Gil, Luis (2007), *Censura en el mundo antiguo*, Madrid, Alianza Editorial.
- Lizzi, Rita (2000) “Ammiano e l’autocensura dello storico”, in Franca Ela Consolino (a cura di), *Letteratura e propaganda nell’occidente latino da Augusto ai regni romanobarbarici*. Atti del Convegno Internazionale Arcavacata di Rende, 25-26 maggio 1998, Roma, “L’ERMA” di BRETSCHNEIDER, pp. 67-105.
- Marcial (2000), *Epigramas*, vol. I, Tradução de Delfim F. Leão, José L. Brandão e Paulo Sérgio Ferreira, Introdução e Notas de Cristina de Sousa Pimentel, Lisboa, Edições 70.
- Nascimento, Aires A. e Pimentel, Maria Cristina C. M. S. (coord.) (2008), *Ovídio: exílio e poesia. Leituras ovidianas no bimilenário da relegatio*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos.
- O’Gorman, Ellen (2005), “Citation and authority in Senecas’s *Apocolocyntosis*”, apud Freudenburg, Kirk (ed.) (2005), pp. 95-108.
- Oliveira, Francisco (1993), “Teatro e poder em Roma”, in *As Línguas Clássicas: Investigação e Ensino*, Actas, Coimbra, Faculdade de Letras, pp. 121-142.
- Paratore, Ettore (1987), *Historia da Literatura Latina*, Tradução de Manuel Losa, S.J., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pereira, Maria Helena da Rocha (1984), *Estudos de História da Cultura Clássica*, vol. II (*Cultura Romana*), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pereira, Virgínia Soares (2000), *Plínio-o-Moço*, Lisboa, Editorial Inquérito.
- Perse (1966), *Satires*, Texte établi et traduit par A. Carthault, Paris, Les Belles Lettres.
- Pimentel, M. Cristina (1997), *Catão Censor*, Lisboa, Editorial Inquérito.
- (2002), “Censura e repressão no principado de Augusto: Os oradores Tito Labieno e Cássio Severo”, in *De Augusto a Adriano*, Actas do Colóquio de Literatura latina (Lisboa, 2000, Novembro 29-30). Coordenação editorial de Aires A. Nascimento, Lisboa, Euphrosyne, pp. 289-296.
- Portela, Joana (1999), “O verso indignado de Juvenal”, *Boletim de Estudos Clássicos* 31, pp. 83-90.
- Catherine Salles (1986), “L’écrivain romain face au pouvoir imperial: la censure littéraire au 1er siècle de notre ère”, *Latomus* 45 (1986) 751-767.
- Yavetz, Zvi (1990), *César et son image. Des limites du charisme en politique*, Paris, Les Belles Lettres.